

Com dinheiro, mas sem remédio

César Henrique e
Ullisses Campbell

Da equipe do **Correio**

Uma auditoria feita por procuradores de quatro ministérios públicos e por representantes do Ministério da Saúde concluiu que a Secretaria de Saúde do Distrito Federal não tem 60% dos itens da Farmácia Pública, que distribui medicamentos à população. A mesma investigação descobriu que a secretaria mantém uma aplicação financeira no Banco do Brasil no valor de R\$ 34,5 milhões. “A maior parte desse dinheiro, repassado pelo governo federal, é para a compra de remédios”, explica Fausto dos Santos, um dos técnicos do ministério da Saúde responsável pela auditoria.

Desde que o DI passou a enfrentar problemas com falta de medicamentos, os médicos que responderam pela pasta da Saúde no último ano alegaram falta de dinheiro para abastecer as prateleiras.

Os procuradores investigam a Secretaria de Saúde há uma semana e já realizaram duas reuniões para elaborar relatórios. No encontro de ontem, eles decidiram que chamarão o secretário Arnaldo Bernardino e o governador Joaquim Roriz (PMDB) para dar explicações. “A rigor, não há nenhuma irregularidade nessa aplicação financeira. Mas queremos saber por que há dinheiro aplicado e, ao mesmo tempo, falta medicamento para a população”, diz o promotor Jairo Bisol, representante do Ministério Público do DF na investigação conjunta.

Consta no relatório que o Ministério da Saúde repassa mensalmente R\$ 15 milhões à Secretaria de Saúde do DF. Os R\$ 34 milhões encontrados pela auditoria estão num fundo DI, aplicação a curto prazo com rendimentos pouco maiores do que a poupança. “O secretário vai ter que explicar essa aplicação em audiência”, avisa Bisol. O Ministério da Saúde abrirá uma sindicância para investigar o destino do dinheiro repassado ao GDF.

PERPLEXOS

Uma visita aos depósitos de medicamentos das unidades públicas do DF feita na semana passada deixou os auditores perplexos. Há prateleiras inteiras vazias. “A situação dos estoques dos medicamentos e insumos hospitalares na Central de Abastecimento, Núcleo de Atenção Básica, Hospital de Base, Policlínica de Taguatinga e Unidades Básicas de Saúde é desesperadora”, descreve o relatório.

Na Farmácia Central do DF, a situação também é crítica. Os procuradores atestaram que, só de material cirúrgico, há 221 itens cadastrados. Desses, faltam 105 (47%). No setor de material odontológico, o déficit al-

cança 13% dos 840 itens. O maior desfalque ocorre no setor de material de enfermagem. Dos 268 itens, faltam 152 (56%).

No maior hospital do DF, o de Base, os auditores descobriram que faltam 314 medicamentos dos 543 itens que deveriam estar disponíveis. Dentre eles, anestésicos e antibióticos. “A ausência de material e remédios importantes impossibilita a realização de cirurgias eletivas, como cardíacas e oncológicas”, diz o relatório. No dia que os procuradores visitaram o Hospital de Base, eles testemunharam doentes com câncer que não fizeram sessão de quimioterapia porque não havia medicamento. “Alguns pacientes levaram a própria medicação e outros sete voltaram porque não havia um produto chamado doxorubicina”, ressalta o relatório.

Na Farmácia de Alto Custo,

que distribui medicamentos controlados e de preços elevados, os procuradores atestaram que os pacientes são prejudicados porque o tratamento médico não é levado adiante por falta de medicamentos. “Não há segurança de continuidade do tratamento devido às faltas constantes no abastecimento. No dia que os procuradores visitaram a Farmácia de Alto Custo, 26 medicamentos estavam em falta.

A devassa dos procuradores na Secretaria de Saúde não acabará tão cedo. Segundo Jairo Bisol, apenas um quatro das investigações foram concluídas até agora. A auditoria é feita diariamente por procuradores do Ministério Público do DF, do MP junto ao Tribunal de Contas da União (MPJTCU), do MP Federal e do MP junto ao Tribunal de Contas do DF (MPJTCDF), além de técnicos do Ministério da Saúde.

QUESTIONAMENTOS

Os auditores que investigaram a Secretaria de Saúde do DF elaboraram questões que deveriam ser respondidas durante as investigações. Veja quais foram as principais dúvidas e suas respectivas respostas:

1- Os recursos alocados ao orçamento 2003 para a Secretaria de Saúde do DF são suficientes para suprir a demanda pública?

Não. Segundo estimativas do IBGE, a população do DF vai crescer 2% neste ano. Já o orçamento para Saúde vai encolher 1%. Em 2002, foram alocados R\$ 259,4 milhões e, para 2003, R\$ 256,7 milhões

2- A Secretaria está cumprindo a Emenda Constitucional 29/2000, que prevê o aumento do investimento em Saúde com recursos próprios?

Não. Pelo contrário. A emenda prevê que a cada ano esse investimento aumente progressivamente até alcançar 15% da arrecadação própria no período de quatro anos. Esse investimento cai progressivamente no DF. Foi de 9,74% em 2000; 8,92% em 2001; e 7,86% e 2002. Para 2003, a auditoria apurou que será de apenas 7,06%, quando deveria ser 11,75%

3- A Resolução Número 5 do Conselho de Saúde pode ser considerada atendida?

Não. O GDF inclui no orçamento despesas com aposentadorias e pensões do Fundo de Saúde do Distrito Federal e de servidores da Fundação Hemocentro. Esses gastos são computados como despesas com ações e serviços públicos de saúde, o que não é correto. A Secretaria de Saúde banca ainda despesas da Fundação de Ensino e Pesquisas em Ciências da Saúde que, de acordo com sua finalidade, é voltada para a área educacional, ou seja, deveria receber investimentos da Secretaria de Educação

4- Como e quando se dará o exercício orçamentário de 2003 para o DF?

Os recursos financeiros serão transferidos diretamente do Fundo Nacional de Saúde ao Fundo de Saúde do DF. O dinheiro cai numa conta do Banco do Brasil e a estimativa do desembolso mensal é de R\$ 15,6 milhões. No total esses recursos somam R\$ 1,2 bilhão no ano. Desses, R\$ 398,8 milhões serão recursos próprios e R\$ 820,3 milhões virão da União Federal.